

CRS elege mesa diretora e dá início aos seus trabalhos



Reunião do CRS teve a participação do diretor da CRE, Lucena

Primeira reunião do ano determinou estratégias para buscar a aprovação do novo Plano de Carreira

Nos dias 5 e 6 de fevereiro foi realizada na sede do Affep Sindical, em Curitiba, a primeira reunião deste ano do Conselho de Representantes Sindicais (CRS). Durante os dois dias de discussões ocorreu a eleição da nova mesa diretora do CRS e foram analisados assuntos como a extensão das quotas aos aposentados, o andamento do novo Plano de Carreira da categoria, a aprovação das contas do exercício de 2000 e a definição das datas para a realização da XIX Fiscalíada.

O importante encontro contou com a presença do Diretor da CRE, João Manoel Delgado Lucena.

Página 5

Governo "abre a mão" para o funcionalismo

Em ano de eleição, Governo do Estado concede gratificação de R\$ 100,00 reais para os funcionários ativos do quadro geral e parte da Polícia Civil. Além disso, editou decreto criando um novo plano de assistência médica gratuita para o funcionalismo público estadual. **Página 4**

Prédio do Sindicato foi reformado



O prédio do Affep Sindical recebeu algumas obras. Dentre elas uma nova pintura e a troca do telhado. **Página 6**

Site do Affep Sindical ganha novo visual

Página 8

Confira o andamento das ações judiciais

QUOTAS DE PRODUTIVIDADE

Sindicato impetra mandado de segurança coletivo

Desde o dia 25 de janeiro está tramitando no 3º

Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Paraná, o mandado de segurança coletivo impetrado pelo Affep Sindical, por substituição processual, solicitando a extensão do pagamento das quotas de produtividade aos filiados aposentados e pensionistas, previstas na re-

solução SEFA 53/01.

O pedido de liminar impetrado pelo sindicato, em nome de dez filiados, no dia 17 de dezembro, foi indeferido pelo desembargador responsável pela análise do caso, Cordeiro Cleve. Em decorrência deste ato, o Affep Sindical decidiu entrar com um pedido de agravo regimental que será remetido ao Pleno do Tribunal de Justiça. **Página 3**

EDITORIAL

Sopram ventos de mudanças

Um novo ano se inicia. Nova Diretoria Executiva, novo Conselho de Representantes Sindicais, novo Conselho Fiscal. Mas a luta de sempre continua. O país acordou mais cedo este ano, já que o carnaval foi no início do mês de fevereiro e, como sempre, somente depois desta data é que a máquina administrativa, legislativa, judiciária começa a dar seus primeiros sinais de vida. Em contrapartida, 2002 é ano de eleição, o que vai prejudicar muitos prazos regimentais, principalmente na esfera legislativa, visto que no período pré-eleitoral, 180 dias, é vedada a aprovação de projetos que venham a aumentar despesas do Governo, em especial a remuneração de servidores públicos. Desta forma, restam pouco mais de 30 dias para que a classe fiscal consiga sensibilizar as autoridades governamentais constituídas, mais especificamente os secretários da Administração e Previdência, Ricardo Augusto Smjtitink; e da Fazenda, Ingo Henrique Hübert e o governador Jaime Lerner, a se empenharem para a aprovação do novo Estatuto do Fisco.

Por outro lado, sopram fortes ventos de mudanças no cenário político no Estado do Paraná.

Analisando diversas pesquisas realizadas, conclui-se que em todas elas aparece a clara vontade dos cidadãos em buscar uma nova opção, um novo caminho, rumando em direção oposta à atual situação, seja na esfera estadual ou federal. Segundo algumas pesquisas, de cada dez eleitores entrevistados, sete manifestam intenção de mudança radical na escolha dos candidatos para as próximas eleições. Caso isto venha a se confirmar, torna-se imprescindível a urgência de aprovação de nosso Novo Plano de Carreira ainda neste ano, antes do período pré-eleitoral.

É de conhecimento de todos que, quando um novo grupo político assume o executivo, desmoro-na toda a estrutura de po-

der vigente nos escalões inferiores e nas organizações mais próximas ou mais distantes da cúpula.

A partir daí inicia-se um processo de disputa pelos cargos de chefia em toda a estrutura administrativa do Estado, normalmente arrasando-se por um longo período de tempo até que se estabeleça o novo formato do poder.

Durante este processo fica inviabilizada qualquer negociação com as chefias, visando arrancar decisões de expressiva relevância, tais como um Plano de Carreira, ficando as conversas restritas apenas às questões do dia-a-dia e da simples condução da máquina administrativa.

Portanto, se não lograrmos êxito na aprovação do Novo Plano de Carreira, todos amargaremos os próximos anos restritos à atual situação salarial insuficiente e injusta, sem nenhuma possibilidade de reposição expressiva que possa corrigir o fato de termos um dos piores salários da Federação. O momento exige união, perspicácia e ações coordenadas de todas as esferas da classe objetivando o mesmo fim, para que possamos passar pelas turbulências políticas que virão, apoiados numa condição salarial mais justa e confortável implantadas pelo Novo Estatuto.

"se não lograrmos êxito na aprovação do novo Plano de Carreira, todos amargaremos os próximos anos restritos à atual situação salarial insuficiente e injusta"

"torna-se imprescindível a urgência de aprovação de nosso novo Plano de Carreira ainda neste ano"



Fórum Social Mundial reúne mais de 50 mil pessoas

O Fórum Social Mundial 2002, realizado entre os dias 31 de janeiro e 5 de fevereiro, em Porto Alegre, contou com a presença de 51.300 pessoas vindas de diversos países. Os participantes discutiram e elaboraram propostas de combate ao neoliberalismo e à globalização, e em defesa dos direitos humanos. De acordo com os organizadores do Fórum, depois do Brasil, as maiores delegações presentes foram a da Itália, seguida pela Argentina, França, Uruguai e Estados Unidos.

Além dos debates, os participantes realizaram três grandes caminhadas pelas ruas de Porto Alegre. A "Marcha pela Paz" marcou a abertura do evento e teve a participação de cerca de 30 mil pessoas. No dia 2 de fevereiro aconteceu a marcha em apoio ao povo argentino. E no dia 4, representantes de movimentos sociais de vários países encerraram as manifestações contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) com uma marcha que reuniu cerca de 40 mil pessoas.



Marcha pela Paz reuniu cerca de 30 mil pessoas em Porto Alegre

FOTO: Elizandra Moraes

EXPEDIENTE NOTIFISCO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA AFFEP-SINDICAL - SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Sede: Rua Alferes Ângelo Sampaio, 1793 - CEP 80420-160 - Curitiba-PR
Fone: (41) 223-7414 - Fax (41) 222-2401

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Yukiharu Hamada AFFEP
Vice-Presidente Sindical
Mauro Ferreira Dal Bianco CRE
Vice-Presidente de Administração
Alair Teresinha de Souza Favoreto AFFEP
Vice-Presidente de Finanças
Irena Milkowska CRE
Vice-Presidente de Inativos e Pensionistas
Joeci Ehlke Santi Matos 1ª DRR

Suplentes

Elisabete Maria Rüsche AFFEP
Dulcinéia Aparecida Wendi AFFEP
Sandro Celso Ferrari CRE
Luiz Carlos Vieira CRE

Conselho de representantes sindicais

Luiz Alves de Oliveira (aposentado), João Ney Marçal (aposentado), José César Sorgi Pinhaz (CRE), Carlos Emil Kathali (1ª DRR), Eduardo Rover (1ª DRR), Sergio Luiz de O. Franco (1ª DRR), Paulo César da Cunha e Souza (1ª DRR), Gerson D. Lemos do Prado (5ª DRR), Paulo Fernando Hartmann (4ª DRR), Ivanês Josefi (5ª DRR), Maria Teresa Dal Bianco Negrissoli (6ª DRR), Elio Aparecido Sanzovo (8ª DRR), Fernando José dos S. Alves (8ª DRR), Helio Issamu Sato (9ª DRR), Marcos Freitas Estela (9ª DRR), Osni Vito (11ª DRR), Luiz Carlos Macóris (13ª DRR), Ciro Fernando Cvilikas (14ª DRR)

Suplentes

Luiz Ciruelos Sobrinho (aposentado), Lourival Lassere (aposentado), Miguel Antonio Ramos (aposentado), Pedro Pereira Barbosa Filho (11ª DRR), Eliseu Luiz Muraro (13ª DRR), Clarimont Trizotto (14ª DRR)

Conselho fiscal

Orlando Belin (aposentado), Pedro Sanches (9ª DRR), Lucia Mara Julin Valente (CRE), Gilson de Souza (aposentado), Plinio Luiz Faedo (aposentado)

Suplentes

Maria do Rocio Geraldi (aposentada), Gleide Ferreira Fontes Astuti (aposentada), Eloyna da Costa Riekes (aposentada)

Presidentes das Regionais

Carlos Henrique L.G. Ramos (1ª DRR), Carlos Alberto Stadler (3ª DRR), Odair Bonfim (4ª DRR), Valdir A Kurquevicz (5ª DRR), Maurício Dias de Moraes (6ª DRR), Ranulfo Dagmar Mendes (8ª DRR), José Carlos Endlinch (9ª DRR), Arnaldo Teles Sobral (11ª DRR), Andréia Cristina Pinguello (13ª DRR), Linor Nespolo (14ª DRR)

Jornalista Responsável

Clewerison Luis Souza

Bregenski - MTB 5604/PR

Projeto Gráfico e Diagramação

Elizandra Pedrosa de Moraes

Ilustrações - Symon Taylor

Fotolito e impressão

Gráfica Capital Ltda.

QUOTAS DE PRODUTIVIDADE

Nova ação judicial busca resgatar os direitos dos aposentados e pensionistas

No último dia 25 de janeiro, a diretoria impetrou novo mandado de segurança com pedido liminar, em nome da Affep Sindical, por substituição processual a todos os filiados aposentados e pensionistas, requerendo o pagamento das quotas de produtividade, previstas na Resolução SEFA nº53/01. A atitude se deve a decisão do desembargador responsável pela análise do caso em indeferir o pedido de liminar da ação impetrada pelo Sindicato no último dia 17 de dezembro, em nome de dez filiados.

A nova ação do Sindicato protocolada com o nº MS 119.538-0 está tramitando no 3º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Paraná. Sendo informações da Assessoria Jurídica do Affep Sindical, no último dia 8 de fevereiro, o Presidente do TJ, Troiano Neto, ao invés de indeferir de imediato a liminar, como fez anteriormente o Desembargador Cordeiro Cleve, solicitou que os impetrados se manifestassem no período de 72 horas para análise do deferimento ou não da decisão.

Paralelamente a esta liminar, a Diretoria do Sindicato se reuniu com sua assessoria jurídica e decidiu interpor recurso de Agravo regimental contra a decisão desfavorável do desembargador, referente ao primeiro mandado de segurança impetrado para dez filiados. Com o Agra-

vo Regimental o processo será remetido ao Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná para análise do recurso.

Histórico

Desde a decisão do governo estadual em conceder as quotas de produtividade apenas para os agentes fiscais ativos, o Sindicato vem estudando fórmulas para tentar reverter este quadro de injustiça e estender o direito de recebimento das quotas também aos aposentados e inativos.

Para ter um respaldo no trabalho a ser desenvolvido, a Diretoria do sindicato contratou em dezembro do ano passado, o renomado advogado Aristides Junqueira para que ele fornecesse um parecer sobre a questão. No dia 11 de dezembro, chegou às mãos da Diretoria Executiva o documento do advogado.

Após uma cautelosa análise do parecer realizado pela Diretoria e Assessoria Jurídica do Affep Sindical ficou decidido que o Sindicato impetraria um mandado de segurança contra o governo estadual solicitando a extensão da quotas aos inativos.

No dia 17 de dezembro, foi efetuada a ação, embasada no documento assinado por Aristides Junqueira. O mandado de segurança foi impetrado, inicialmente, em nome de dez filiados e posteriormente seria expandido aos demais.

Durante a segunda semana de janeiro chegou ao conhecimento do sindicato

to a decisão judicial. O desembargador Cordeiro Cleve, do 3º Grupo de Câmaras do Tribunal de Justiça do Paraná, indeferiu o pedido de liminar nos autos MS n. 118.171, impetrado no último dia 17 de dezembro para um grupo de dez filiados que solicitava a extensão de seus direitos constitucionais.

O desembargador indeferiu o pedido de liminar com base no § 4º, do art. 1º da Lei Federal nº 5.021 de 09/06/66, que dispõe entre outras determinações que:

§4º Não se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias.

Art.1º (...) a servidor público federal, da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal (...).

O fato que causou maior estranheza por parte do sindicato e da categoria dos fiscais é que para a Associação dos Magistrados foi deferida a liminar que concede os benefícios reivindicados. A *contrário sensu*, no caso do auxílio moradia para os magistrados houve a concessão de medida de liminar em Mandado de Segurança na ação nº 630-9, impetrado pela Associação dos Juizes Federais, ordenando o pagamento do auxílio-moradia, face a regra constitucional de isonomia de remuneração entre parlamentares e magistrados. Podemos concluir que aos "inimigos" os rigores da Lei.



FOTO: ARQUIVO Affep-Sindical

Assessoria jurídica e diretoria do Sindicato discutem mandado de segurança

Cuidado!!! Esta injustiça também pode acontecer com você

Diante do não pagamento das quotas de produtividade aos aposentados e pensionistas, um dos nossos filiados está passando por uma situação delicada. O agente fiscal Mario José Butyn permaneceu na ativa até início de dezembro de 2001 quando foi obrigado a aposentar-se por invalidez permanente, decorrente de um grave acidente rodoviário ocorrido em 1999. Na ocasião, ele se deslocava a serviço das Agências de Rendas, de Reserva e Cândido Abreu, pertencentes à 3ª DRR, onde respondia pelas chefias. Até dezembro de 2001, por estar na ativa, em licença saúde, o agente fiscal vinha recebendo as quotas por esforço de arrecadação previstas na resolução SEFA 53/01, integralmente. A partir de janeiro de 2002, após a conclusão do processo determinando a sua aposentadoria, Mario Butyn passou a receber pelo ParanaPrevidência, que simplesmente retirou de sua remuneração as mencionadas quotas por esforço de arrecadação, gerando grandes transtornos.

Essa injustiça cometida contra o agente fiscal foi comunicada ao Affep Sindical que através de sua Assessoria Jurídica está tentando solucionar o impasse. De acordo com a Assessoria não como negar que o servidor tem direito a mencionada verba. A suspensão do pagamento das quotas fere a Constituição Federal e também a Lei Orgânica de Carreira, nº7051/78.

A partir da orientação das advogadas, o filiado está tomando as medidas cabíveis perante as autoridades competentes, a fim de reverter a prática deste ato abusivo e ilegal. Num primeiro momento, será feito o pedido de um ato administrativo tentando devolver o benefício das quotas ao agente fiscal. Se persistir a negativa por parte do Governo, a Assessoria Jurídica do Affep Sindical entrará com uma ação judicial para reaver os direitos perdidos. Este fato alertou o sindicato, pois se transformou no primeiro caso da perda de benefício (quotas de arrecadação) de um agente fiscal que passou da ativa para a aposentadoria. Vale ressaltar que isso é resultado da quebra de paridade entre ativos e inativos decretada pelo Governo estadual no decorrer de 2001.

PROPOSTA INDECENTE

Funcionalismo público ganha "presente" do governo em ano eleitoral

Há sete anos sem aumento salarial, o funcionalismo público do estado do Paraná não agüenta mais as atitudes eleitoreiras que vêm sendo praticadas pelo governador Jaime Lerner. Agora, há exatos oito meses da próxima eleição, um "novo pacote" de medidas foi anunciado para tentar agradar o sofrido quadro dos servidores públicos. No último dia 4 de fevereiro, o governador anunciou a terceirização do sistema de assistência a saúde dos servidores públicos, o que segundo dados do governo, irá beneficiar a partir de abril, 160 mil servidores ativos e inativos e 201 mil beneficiários. Todo o atendimento médico e ambulatorial será gratuito, sem o desconto em folha de pagamento do usuário. Como é "gratificante" saber que o Governo realmente se importa com seus funcionários e, a poucos meses da eleição, concede um plano de saúde gratuito e enterra definitivamente o já falido IPE, que há muito tempo estava na UTI, mas somente no ano eleitoral resolveu morrer.

Valores

Agora, com o sistema de saúde terceirizado, resta apenas aos usuários esperar para ver se a idéia funciona. Já existem críticas sobre a viabilidade do plano são em virtude dos valores dispensados pelo Estado. Segundo dados do Palácio Iguazu, a assistência aos servidores vai ficar entre R\$ 16,50 e R\$

18,00 per capita e para este ano está previsto o desembolso de R\$ 80 milhões, valor já previsto no orçamento de 2002. O presidente da Federação dos Hospitais do Paraná (Fehospar), José Francisco Schiavon, afirma que com estes valores o projeto é impraticável financeiramente e prevê prejuízo para os hospitais que se candidatarem à licitação promovida pelo Governo. Para ele, os hospitais não poderão atender com qualidade os usuários.

A notícia do novo plano também não chegou a entusiasmar os sindicatos que representam as categorias do funcionalismo público estadual. As lideranças sindicais acreditam que o sistema de terceirização a ser implantado é uma tentativa de desviar a atenção do problema que atinge a categoria: a defasagem salarial.

Além disso, o projeto do Governo é para que apenas doze hospitais localizados em doze cidades-pólo façam o atendimento de todos os 360 mil beneficiados. Quem, por infelicidade, não residir em uma cidade-pólo conseqüentemente terá que se deslocar para receber atendimento médico, o que no mínimo já é um transtorno para uma pessoa doente.

Quebra de isonomia e paridade

Além da preocupação repentina com a saúde do funcionalismo público estadual o nosso governador demonstrou a sua imensa ge-

nerosidade uma semana após o anúncio da implantação do novo sistema de saúde. Em horário nobre de televisão e em rede estadual, Jaime Lerner anunciou que o Governo do Estado vai pagar uma gratificação de R\$ 100 para os funcionários ativos do quadro geral e parte da Polícia Civil. Ao todo serão beneficiados com a esmola, quer dizer gratificação, 22.900 funcionários ativos (servidores técnicos e administrativos de nível médio e universitário como engenheiros, advogados, jornalistas) e 1824 policiais civis, o que corresponde a aproximadamente 12% do quadro total do funcionalismo público. Além destes beneficiados, 1480 investigadores de polícia receberam um abono, referente à atividade de risco que enfrentam todos os dias.

Não receberão gratificação, servidores de categorias que possuem quadro próprio, caso do Magistério, Polícia Militar e Agentes Fiscais.

Como a gratificação é de valor substancial, somente os servidores que não faltarem aos seus postos de trabalho receberão o agrado do Governo. De acordo com o secretário de Estado da Administração, o ganho será repassado conforme a assiduidade do funcionário e não será incorporado ao salário. Faltas injustificáveis serão punidas com o não pagamento da "esmola" no final do mês.



FOTO: ARQUIVO Afrep-Sindical

Diretoria do Sindicato discute plano de carreira com deputado Hermas Brandão

Sindicato busca apoio político para a aprovação do Plano de Carreira

Durante a reunião do CRS, os Conselheiros definiram como uma das estratégias para agilizar o trâmite do Plano de Carreira continuar a intensificar os contatos políticos. "Somente assim, poderá ser aberto um canal de negociação para facilitar o acesso da categoria as informações", disse o Presidente do Sindicato, Yukiharu Hamada.

A cada semana, as reuniões políticas têm se intensificado. Os integrantes da Diretoria Executiva e do CRS têm mantido constantes contatos com lideranças políticas do Estado, como o líder do Governo na Assembléia, deputado Durval Amaral e o Presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, entre outros. Nas delegacias Regionais, os conselheiros e demais filiados tiveram encontros bastante proveitosos a seguir enumerados.

- » 1ª DRR-Curitiba: José Cid Campêlo Filho, Secretário de Estado do Governo;
- » 3ª DRR-Ponta Grossa: Plauto Miró (PFL), Dep. Estadual e Líder do partido;
- » 4ª DRR-Valdir Rossoni, Dep. Estadual;
- » 6ª DRR-Jacarezinho: Hermas Brandão (PSDB), Dep. Estadual e Presidente da Assembléia Legislativa;
- » 8ª DRR-Londrina: Eduardo Sciarra, Secretário de Estado da Indústria Comércio e Turismo e deputado Nelson Turek
- » Durval Amaral (PFL), Dep. Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa;
- » 9ª DRR-Maringá: Ricardo Maia (PSDB), Dep. Estadual;
- » 11ª DRR-Umuarama: Nelson Garcia (PFL) e Edno Guimarães (PSDB), Dep. Estaduais;
- » 14ª DRR-Pato Branco: Alcení Guerra, Ex-Chefe da Casa Civil.

Em todas as reuniões, essas lideranças têm demonstrado empatia diante dos anseios da categoria e se comprometido a auxiliar na agilização do trâmite do novo Plano de carreira. O tempo está passando e o prazo para a aprovação do Plano, conseqüentemente, está se esgotando. Por esse motivo é muito importante a participação de cada agente fiscal, ativo e inativo, nesta luta.

Relatório de Acompanhamento das ações judiciais- janeiro/2002

Nº Processo	Autores	Objeto	Andamento
88179-6	Irã Silvério Lupion Pereira e outros	Ação Rescisória	Em 26/11/01-interpostos pelos autores Rec. Extraord.ao STF e Rec.Especial ao STJ
42977/2000	AFFEP SINDICAL	Cautelar Promoção	Em janeiro/02- requerido extinção dos autos
98.0026140-0	Alcides Paludo	Cont. Temp. Serv.	Aguardando julgamento do recurso do autor pelo TRF- 4ª Região
98.0026139-7	Ritinha A. de O. Aquebate	Cont. Temp. Serv.	A autora apresentará resposta ao recurso interposto pelo Estado e, em seguida, o processo será analisado pelo TRF-4ª Região
3464623-6	Sergio Luiz de A. Moreira	Contagem Tempo Serviço	Pedido indeferido em 16/04/2001
872-98	Abilio de Barros Medaglia e outros	Corecon	Aguarda inclusão em pauta de julgamento
980002006-3	Edson Panaro e outros	Corecon	audiência designada para 09/04/2002.
19685/98	Viviane de F. Dobginski e outros	CRA	Protocolada execução judicial pelos autores em 10/01/02
99.0021775-6	AFFEP SINDICAL	CRQ	Aguardando decisão do recurso no TRF desde fevereiro de 2001.
119.538-0	AFFEP SINDICAL	Extensão quotas- Res.53/01	Aguardando decisão do Juiz para concessão de Liminar
1181711	Sérgio Sidnei e outros	Extensão quotas- Res.53/01	Será interposto agravo regimental contra decisão do desembargador que indeferiu o pedido de liminar em M.Segurança
39512/98	AFFEP SINDICAL	IPE- Contrib. Previdenciária	Decisão definitiva desfavorável aos autores em 09/11/2001
20007000028653-0	AFFEP SINDICAL	Correção da Tabela do IR	Aguardando decisão do TRF desde 27/09/01
13335	Marcio Lopes Siqueira e outros	Licença Prêmio	Aguardando julgamento no STJ
102697-3	Paulo César Varella	Licença Prêmio	Protocolado Recurso ordinário ao STJ
37615-97	SAFITE	Percentual AF3 (11,1%)	Aguardando sentença do juiz da 1ª Vara da Fazenda desde 06/08/00
72655-4	Abel Vaz da Silva Junior e outros	Promoção - 1996	Autos Arquivados
675/00	AFFEP SINDICAL	Promoção - 2000	Requerida a extinção do processo, devido a concessão das promoções via Decreto Executivo
1059785	AFFEP SINDICAL	PRPREV 85% - Pensionistas	Concedida liminar.Processo suspenso até julgamento da ADIN no STF.
100567-2	AFFEP SINDICAL	PRPREV 85% - Pensionistas	Decisão definitiva favorável aos autores em 01/10/2001
1158574	AFFEP SINDICAL	PRPREV Contrib Prev.inativos	Aguardando decisão do agravo regimental do ParanaPrevidência
1026959	Vanessa Giesel e outros	PRPREV Contrib Prev.inativos	Aguardando decisão do Desembargador
105977-8	André L. de O.Koch e outros	PRPREV Contrib Prev.inativos	Suspenso o processo até o julgamento da ADIN
78909-1	AFFEP SINDICAL	PRPREV Saúde - 2%	Aguardando decisão do STF
79022-3	AFFEP SINDICAL	PRPREV Contrib Prev. 14%	Processo suspenso até decisão da Adin pelo STF
339394-2	Abrahão de O. Valadão e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
29013/92	Acir Tedeshi e outros	Redutor	aguardando pagamento dos precatórios.
231069-6	Acires Mafra e outros	Redutor	Aguardando julgamento de recurso no STF desde 20/08/2001.
248934-3	Adalberto Guimarães e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
58080-5	Adão João da Silva e outros	Redutor	Aguarda pagamento de precatório
10856-93	Adelmário França e outros	Redutor	Aguarda pagamento de precatório
33396	Ademar Y. Huzioka e outros	Redutor	Aguardando decisão de recurso no STF
25238	Ademir de Andrade e outros	Redutor	Em fase de Execução pelo Estado do Paraná
1042/2001	AFFEP SINDICAL	Redutor	A parte contrária ainda não foi citada.
235609-5	Agnor Minari e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
625-92	Air Pessa Sampaio e outros	Redutor	Aguarda pagamento de precatório
014/92	Airton Luiz Massinham e outros	Redutor	Aguarda pagamento de precatório
25239	Alaíde Correia Stachera e outros	Redutor	Processo julgado desfavorável definitivamente aos autores. Em fase de execução pelo Estado do Paraná
284891-1	Alfredo Arten e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
73769-7	Algacyr Basso Stangue e outros	Redutor	Estado ainda não iniciou a execução
235354-7	Ana Graccki Albani e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
25546	Angelina Franqueto Durau e outros	Redutor	Aguardando decisão do Juiz
10576	Antero Bombassaro e outros	Redutor	Aguarda pagamento de precatório
25242	Antonio Augusto Xavier e outros	Redutor	Em fase de Execução pelo Estado do Paraná
248370-7	Antonio G. Farias Filho e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
25244/0000	Antonio Pinesso e outros	Redutor	Em fase de Execução pelo Estado do Paraná
287825-1	Ari Rosim e outros	Redutor	Julgado por despacho - negado seguimento ao recurso (ainda não publicado)
331517-8	Ary Rocha e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
234509-7	Beraldo Nabor de Lima e outros	Redutor	Processo julgado desfavorável definitivamente aos autores.
266866-0	Carlos Alberto Moraes Santurio	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
242929-6	Carlos M. de Andrade Sibut e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
238224-5	Celso Marca e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
317444-0	Christina Mellen Julim e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
339378-9	Claucio N. de Sá Filho e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
25252/0000	Dilkéa Zattar e outros	Redutor	Aguardando execução pelo Estado (arquivo provisório)
338499-0	Ditmar Antonio Back e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
325595	Edi Gomes e outros	Redutor	O recurso está no STF, sendo analisado pela Procuradoria Geral da República desde 06/12/01
93763-1	Eduvaldo G. dos Anjos e outros	Redutor	Interpostos pelos autores Rec. Extraor. p/o STF e Rec. Esp. ao STJ em 24/10/01
61139-8	Edvilson R. Marques e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
254869-9	Elizete G. Crispim e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
25257	Ernesto de Souza Guedes e outros	Redutor	Autos arquivados desde julho de 2000
142/2001	AFFEP SINDICAL	Subreto - Valor da causa	Aguardando decisão desde 04/10/2001

NOTIFISCO

Janeiro e Fevereiro/2002

Nº Processo	Autores	Objeto	Andamento
296706-8	Fátima Nunes Parra e outros	Redutor	O recurso está no STF, sendo analisado pela PGR desde 23/03/01
237946-6	Francisco Aleixo e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
25260	Gastão Bocchi Taques e outros	Redutor	Decisão definitiva e desfavorável aos autores. Processo com o Estado do PR para início de execução
25261	Getúlio Salermo e outros	Redutor	Em fase de execução judicial
25262	Graciliano B. de Menezes e outros	Redutor	Aguardando execução pelo Estado.
25263	Hélio Issamu Sato e outros	Redutor	Aguardando execução pelo Estado
25264	Iolando Ribeiro Fonseca e outros	Redutor	Autos arquivados
25265	Isolde Calixto e outros	Redutor	Autos arquivados
25266/0000	Ivone Ribas da Rocha e outros	Redutor	Autos arquivados
339023-4	Jairo Jorge e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
260957-9	Jairo Silveira e outros	Redutor	Processo julgado desfavorável definitivamente aos autores em 22/10/02
345771-5	João Carlos Neiva e outros	Redutor	Recuso dos autores no STF aguardando julgamento
25269	João Martins e outros	Redutor	Decisão definitiva e desfavorável aos autores. Processo com o Estado do PR para início de execução
60864-2	Joaquim Alves Correa Neto e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
14925	Joaquim dos S. Picanço e outros	Redutor	Aguardando pagamento de precatório
254861-1	Jorge Antônio Marin e outros	Redutor	Em fase de execução. Aguardando decisão.
60834-4	José C. Nogueira Jr. e outros	Redutor	interposto recurso ao STF em dezembro de 2001.
275399-2	José Ivo Barcik e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
339394-2	José Maurício de Lima e outros	Redutor	Aguardando decisão do juiz
278808-9	José Plácido S. Schein e outros	Redutor	Decisão definitiva desfavorável aos autores em 24/09/01
243275-5	Julio César Michelato e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
27419-91	Julio Luginheski e outros	Redutor	Aguardando pagamento de precatório
252015-5	Laerte Marengu e outros	Redutor	Autos arquivados
244053-1	Lilian Bonato de Lara e outros	Redutor	Autos arquivados
235158-3	Loris Augusto Ribas e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
60922-9	Lúcio C. da Silva Macedo e outros	Redutor	Decisão definitiva e desfavorável aos autores em 29/06/01
60824-8	Luiz Batista da Silva e outros	Redutor	Decisão definitiva e desfavorável aos autores em 17/12/01
235169-5	Luiz Carlos Zottis e outros	Redutor	O recurso está no STF sendo analisado pela PGR desde 09/06/00
275557-3	Luiz Ney Amaral e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
73539-9	Luiza L. Brunetti Cordeiro e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
235311-6	Mari Emili Stefano e outros	Redutor	Em fase de execução
73743-3	Maria Aparecida Justino e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
61142-5	Maria Lair da Silva e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
61136-7	Marino Train e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
25286	Martim Stachera Filho e outros	Redutor	Autos no arquivo provisório
60921-2	Miguel Arcaño Dias e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento
60829-3	Moacir de Assis e outros	Redutor	Em 13/12/01 Autos foram remetidos para o STF para análise do recurso interposto
25120	Nelina Florentino e outros	Redutor	Em 03/11/1998, Remessa ao Tribunal de Justiça.
60937-0	Nelson A. R. de Oliveira e outros	Redutor	Em 23/10/01 Autos foram remetidos para o STF para análise do recurso interposto
243274-8	Nestor Debus e outros	Redutor	Aguardando julgamento de recurso no STF desde 21/06/2000
16713	Nicola Salim Daege e outros	Redutor	Desde 22/01/99, aguardando pagamento dos precatórios.
254865-0	Nívio Schaefer e outros	Redutor	O Estado ainda não iniciou a execução
73230-1	Odete Dultra Saes e outros	Redutor	Recuso dos autores no STF aguardando julgamento
243442-5	Orlando C. S. Hultmann Silva e outros	Redutor	Em fase de execução judicial
15622-91	Osmario C. de Souza e outros	Redutor	aguardando pagamento de precatório
243276-2	Paulo da Silva Donato e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento desde 21/10/99
244251-8	Pedro de Paula Ladeia e outras	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento desde 13/06/00
61135-0	Périckles V. Moysés Abeche e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento desde 20/03/01
25296	Renato Mello Milaneze e outros	Redutor	Em 29/12/1999, Publicação do despacho mandando recolher o mandado contra Rene Silveira.
243343-7	Roberson Shinoki e outros	Redutor	Aguardando execução pelo Estado
25126/0000	Rodolfo Xavier Junior e outros	Redutor	Aguardando execução pelo Estado (arquivo provisório)
248324-4	Romalina V. Labra Palacios e outros	Redutor	Recurso dos autores no STF aguardando julgamento desde 13/06/01
25299	Rosemary Saito e outros	Redutor	Aguardando pagamento de precatório
244252-5	Sebastião F. de Mello e outros	Redutor	O recurso está no STF sendo analisado pela PGR desde 05/06/00
61113-4	Sergio Luiz de O. Franco e outros	Redutor	Aguardando decisão do TJ admitindo ou não o recurso interposto pelos autores
309761-2	Sônia Marly Miranda Bozza e outros	Redutor	Decisão definitiva desfavorável aos autores em 17/12/01
234507-4	Teruko Ishigaki e outros	Redutor	Aguardando julgamento de recurso no STF desde 06/06/2000.
235162-1	Valter Alves de Souza e outros	Redutor	Aguardando execução pelo Estado
301499-7	Victor de Muzio e outros	Redutor	Decisão desfavorável e definitiva em maio de 2001.
249089-7	Wilson Osni de Miranda e outros	Redutor	Desde 08/06/2000, Concluso ao relator Min. Moreira Alves.
75013-8	José Hélio Schroh e outros	Remoção	Julgamento desfavorável definitivo em dezembro de 2001
9800029035	Leozir F. do Amaral Carvalho e outros	Remoção	Autos com a Proc Geral da Justiça para análise da Apelação interposta pelo Estado
843/98	Nelson Mandeli Junior e outros	Remoção	aguardando julgamento de recurso no TJ desde 07/01/02
106765-2	Rosangela M. A de Souza Licks	Remoção	Protocolado Recurso Especial em janeiro de 2002.
20010401037029-1	AFFEP SINDICAL	Restit. IR maiores 65 anos	Julgamento desfavorável ao autor pelo TRF. Recurso interposto em jan/02.
17340/93	Assoc. Func. Fiscais - AFFEP	Revisão de vencimentos	Impetrado Rec.Extraordinário ao STF em junho/2000, negado provimento pelo STF em outubro/2001. Adv. Romeu Bacellar Filho.
375/2001	AFFEP SINDICAL	Subteto	Aguardando sentença do juiz da 1ª Vara da Fazenda desde 06/08/00

REUNIÃO DO CONSELHO

CRS elabora estratégias de ação

Extensão das quotas de produtividade e a aprovação do novo Plano de Carreira foram pontos discutidos durante a reunião que contou com a presença do diretor da CRE

O novo Conselho de Representantes Sindicais (CRS) realizou nos dias 5 e 6 de fevereiro, a primeira reunião anual, dando início às suas atividades. Logo neste primeiro encontro, ocorrido na sede do Affep Sindical, em Curitiba, já foram traçadas algumas estratégias que o Sindicato deverá adotar na seqüência de seus trabalhos. Os principais temas discutidos foram a situação da extensão das quotas aos aposentados e também a luta pela aprovação do Novo Plano de Carreira para a categoria.

Reunião

Logo nas primeiras horas de reunião e seguindo passo a passo o que determinava a pauta, os conselheiros elegeram a nova mesa diretora do CRS. Por unanimidade foram eleitos os seguintes membros: Presidente - Luiz Carlos Macóris (13^oDRR); Vice-Presidente - Elio Aparecido Sanzovo (8^oDRR); Secretário Geral - Hélio Issamu Sato (9^oDRR) e Primeiro Secretário - Ciro Fernando Cvilikas (14^oDRR). Em seguida, a mesa eleita assumiu a condução dos trabalhos.

O próximo item discutido foi a definição da data para a realização da próxima Fiscalhada. Diversas datas foram sugeridas e por votação da maioria ficou determinado que o evento realizar-se-á no período compreendido entre os dias 30 de maio e 02 de junho, aproveitando o feriado de Corpus Christi. O arbitral da competição deverá ocorrer na próxima reunião do CRS, que

ainda não tem data definida.

Lucena

Na tarde do dia 5 de fevereiro, durante o transcorrer da reunião, os conselheiros receberam a visita do Diretor da CRE, João Manoel Delgado Lucena. O diretor veio participar da discussão e repassar novas informações sobre como está a tramitação do processo do Novo Plano de Carreira dos Agentes Fiscais. Aliás, este foi o principal tema discutido e que tomou a maior parte do tempo da reunião.

Em sua explanação, Lucena declarou que para a categoria vencer as dificuldades que vem sendo encontradas na Secretaria de Administração do Governo é necessário agir com habilidade e inteligência. Para isso deve-se dispor de uma ação política coordenada e organizada de toda a classe fiscal. O principal entrave na tramitação do anteprojeto esbarra na negociação política com o Secretário Ricardo Augusto Smjintink que vêm colocando óbices no encaminhamento do processo ao Governador.

O diretor afirmou ainda que ele e o secretário da Fazenda, Ingo Hübert, têm mantido contato com lideranças políticas que participam das decisões do Executivo estadual, tais como: Miguel Salomão (Secretário do Planejamento); Guaracy Andrade (Chefe da Casa Civil); Gerson Guelmann (Assessor especial do Governador); Hermas Brandão (Presidente da Assembleia Legislativa) e Durval Amaral (líder do Governo na Assembleia). Segundo Lucena, essas lideranças concordam

com a necessidade de aprovação do Novo Plano de Carreira e já manifestaram apoio à classe.

Novo Estatuto

O Diretor da CRE afirmou que na semana de 18 a 22 de fevereiro, juntamente com o Secretário da Fazenda, Ingo Hübert, terão uma reunião com o Secretário da Administração, Ricardo Augusto para tratar especificamente sobre este assunto com o objetivo de esclarecer os principais pontos do anteprojeto, além de destacar a necessidade e a urgência do mesmo, bem como convencê-lo a dar o devido encaminhamento no processo que se encontra paralisado naquela pasta. Comprometeu-se ainda, em receber a Diretoria Executiva do Affep Sindical para divulgar os resultados daquele encontro.

Ainda durante o encontro, Lucena falou sobre a relevância do novo Estatuto, não só pelo restabelecimento de uma remuneração digna e compatível com a

importância e responsabilidade dos nossos cargos, mas também pela necessária modernização de vários tópicos propostos, tais como: transformação da Carreira para Auditores Fiscais de Nível Superior; criação do Conselho de Auditores Fiscais, órgão fundamental para o aperfeiçoamento dos controles internos da CRE; elevação significativa do valor do Vencimento Básico em relação ao montante da remuneração; redução dos atuais 36 níveis da Carreira para 9 níveis diminuindo a atual necessidade de um Decreto de promoção a cada 9 meses, fato que nunca ocorreu.

Aposentados

Outro tópico que mereceu destaque na reunião diz respeito a extensão das quotas de produtividade aos aposentados.

A Diretoria Executiva do Sindicato explicou aos demais membros do CRS como está o andamento da situação. Foi explanado desde a decisão desfavorável do

desembargador, que indeferiu o pedido de liminar da ação impetrada pelo Sindicato no dia 17 de dezembro de 2001, até o andamento atual, onde no último dia 25 de janeiro, a Diretoria impetrou novo mandado de segurança com pedido liminar, em nome do Affep Sindical, por substituição processual a todos os filiados aposentados e pensionistas, requerendo o pagamento das quotas de produtividade, previstas na Resolução SEFA nº53/01.

Contas

Os Conselheiros aprovaram a conta do exercício da Diretoria Executiva referente ao ano de 2000. Também aproveitaram para definir a indicação de empresas de auditoria que farão a análise das contas do ano de 2001.

Na próxima reunião do Conselho de Representantes Sindicais será definido o nome da empresa vencedora e que executará a auditoria.



CRS discute formas extensão das quotas aos aposentados

FOTO: ARQUIVO Affep-Sindical

Prédio do Affep Sindical está sendo reformado

O início do trabalho da nova diretoria executiva do Affep Sindical coincidiu com as obras de reforma que estão sendo realizados na sede do sindicato. A edificação ganhou uma nova pintura externa na cor azul claro e internamente as paredes foram pintadas de branco. Além disso, foram realizadas reformas no andar superior do prédio. Dois novos ba-

nheiros foram construídos para melhor atender os funcionários e visitantes do Affep. O telhado do prédio também foi totalmente trocado. Isto se fez necessário pois as telhas antigas estavam apresentando problemas. O salão de festas ganhou pintura e novos azulejos foram colocados na área da churrasqueira e da cozinha.

Interior

O espaço interno foi remode-

lado e uma nova sala de espera foi criada para que os filiados tenham uma maior comodidade enquanto aguardam o atendimento. A reforma da sede deverá estar completa até o início da segunda quinzena de fevereiro, de acordo com a previsão do responsável pela obra. Vale ressaltar que a reforma no prédio não está comprometendo o atendimento realizado pelos funcionários do Sindicato.

ATO nº 01/2002

SÚMULA: Fixa o valor da anualidade das taxas de manutenção, reativação e transferência de títulos da Colônia de Férias.

A Diretoria Executiva Estadual do AFFEP SINDICAL – Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 35, § 2º, do Estatuto Social;

RESOLVE:

Estabelecer normas administrativas e fixar o valor da anualidade, taxas e demais obrigações financeiras, necessárias à regulamentação do uso da Colônia de Férias de Guaratuba pelos Usuários, conforme as disposições do artigo 100 do citado Estatuto.

1. DIREITO DE UTILIZAÇÃO E TAXA DE MANUTENÇÃO

O direito de utilização da Colônia de Férias de Guaratuba é assegurado ao Usuário que tiver quitado regularmente a anualidade, nos valores e prazos estabelecidos:

1.1. O valor da Taxa de Manutenção referente ao exercício de 2002 será de R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais). Opcionalmente, poderá ser paga com descontos, conforme tabela abaixo:

1.2. Será vedada a utilização da Colônia de Férias aos Usuários que tenham anualidades em atrasos;

Prazo	Valor à vista	Nº de Parcelas	Valor da Prestação
Até 31 / 03 / 2002	R\$ 150,00	03	R\$ 52,00
De 01/04 a 30/06/2002	R\$ 160,00	03	R\$ 56,00
De 01/07 a 30/09/2002	R\$ 170,00	03	R\$ 60,00
Após 01/10/2002	R\$ 180,00	01	R\$ 180,00

1.3. A Falta de pagamento de 02 anualidades ocasionará a suspensão do título de Usuário;

1.4. Havendo atraso do pagamento

da taxa de Manutenção por dois ou mais exercícios, o Usuário deverá pagar a Taxa de Reativação mais a anualidade em curso.

2. TAXA DE REATIVAÇÃO

Para regularização do título com anualidade em atraso por dois ou mais exercícios, o Usuário deverá efetuar o pagamento da Taxa de Reativação e a Taxa de Manutenção do exercício em curso.

2.1. O valor da Taxa de Reativação será de R\$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais).

2.2. O pagamento das referidas taxas poderão ser parceladas em até 3 parcelas.

2.3. Decorrido o prazo de cinco anos sem que tenha havido qualquer manifestação do Usuário, o título será cancelado;

3. TRANSFERÊNCIA DE TÍTULOS

Ocorrendo interesse por parte do Usuário, o Título poderá ser transferido a terceiros, desde que com apresentação de documentação hábil comprobatória, pagamento da Taxa de Transferência e autorização formal da Diretoria Executiva do AFFEP SINDICAL.

3.1. A titularidade poderá ser transferida de acordo com as modalidades abaixo e com pagamento dos respectivos valores de Taxa de Transferência;

3.1.1. Modalidade I – quando a titularidade for transferida de pessoa física para pessoa física, em sucessão direta, ou seja, para o cônjuge, irmãos, pais ou filhos, ou de pessoa jurídica para a pessoa física do sócio, côn-

juge, pais, irmãos ou filhos: - R\$ 50,00 (Cinquenta reais);

3.1.2. Modalidade II- Para os demais casos: - R\$ 100,00 (Cem reais).

3.2. Fica reservado à Diretoria Executiva o direito de não autorizar a transferência dos títulos nos casos de inidoneidade do requerente, casos em que serão submetidos à apreciação do Conselho de Representantes Sindicais-CRS.

4. DOCUMENTAÇÃO HÁBIL PARA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE:

4.1. Se pessoa Jurídica;

4.1.1. Estatuto social;

4.1.2. Certidão de registro na JUCEPAR;

4.1.3. Declaração de desistência do Sócio;

4.1.4. Documentos de origem do Título ou declaração de extravio;

4.2. Se pessoa física:

4.2.1. RG, CPF e qualquer documento que comprove a relação de proximidade prevista no item 3.1.1.

4.2.2. Documentos de origem do Título ou declaração de extravio;

5. DISPOSIÇÕES FINAIS:

5.1. Os recibos emitidos deverão ter a identificação funcional do agente cobrador, bem como a sua assinatura;

5.2. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da DEE, e encaminhados ao CRS, conforme dispõe o Estatuto do AFFEP SINDICAL.

O presente Ato revoga as disposições em contrário, gerando efeitos a partir de 2 de janeiro 2002.

Curitiba, 2 de janeiro de 2002.

Yukiharu Hamada
Presidente

ATO nº 02/2002

SÚMULA: Define as normas e valores para uso do Salão de Festas da Sede.

A Diretoria Executiva do AFFEP SINDICAL – Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 35, § 2º, do Estatuto Social:

RESOLVE:

1. DO USO DO SALÃO

O salão de festas é de uso exclusivo dos filiados do AFFEP SINDICAL, em dia com suas obrigações estatutárias, para realização de festas de confraternização entre os filiados ou de seus familiares.

1.1. A locação deverá ser paga no ato da reserva, ou quando da retirada das chaves, de acordo com os valores diários abaixo estipulados:

1.1.1.- Confraternização entre filiados: R\$ 20,00 (vinte reais);

1.1.2.- De familiares: R\$ 70,00 (setenta reais).

1.2. O horário de utilização não deverá exceder às 24h00.

1.3. É vedada a utilização para realização de atividades com fins comerciais, bem como sublocar ou ceder a terceiros.

2. DA CAUÇÃO E DA INDENIZAÇÃO

2.1. No ato do recebimento das chaves, o filiado deverá deixar em caução, um cheque nominal ao AFFEP SINDICAL ou Nota Promissória no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

2.2. Por ocasião da entrega das chaves far-se-á uma vistoria nos bens móveis, instalações do salão e demais dependências da Sede. Caso seja identificado qualquer dano, os mesmos serão cobrados como ressarcimento no montante do prejuízo causado.

2.3. Não ocorrendo qualquer dano, o cheque caucionado será devolvido mediante entrega do recibo caução e conferência de materiais.

3. PENALIDADES

3.1. O descumprimento das normas constantes nos itens 1.2 e 1.3, ou que resultem em mau comportamento ou em atitudes de incivilidade sujeitam o infrator: a multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), além das penalidades abaixo:

3.2. Advertência;

3.3. Suspensão;

3.4. Exclusão.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de janeiro de 2002.

Yukiharu Hamada
Presidente

Atenção aos projetos que poderão ser votados em 2002 no Congresso Nacional e que são de interesse da classe dos agentes fiscais

1) Código de Defesa do Contribuinte

O projeto foi apresentado pelo PFL e visa criar embaraços à fiscalização e autuação de sonegadores, razão pela qual está sendo chamado de Código de Defesa do Sonegador. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas os senadores José Agripino e Pedro Simon prometeram reabrir o debate sobre o CDC em audiência pública no Senado.

2) Teto e subteto salarial

Dependem de negociação entre os 3 poderes da república. O parecer do relator já foi lido na Comissão da Câmara de Justiça e encontra-se aguardando votação. O relator acolheu a proposta que define o subteto nos Estados tendo como base o salário do governador. As lideranças do funcionalismo defendem que o subteto seja o salário dos desembargadores, por ser uma carreira estável do Poder Judiciário. A disputa é para evitar que algum governador fixe um salário baixo e diminua conseqüentemente os ganhos das diversas carreiras do funcionalismo.

3) Definição das carreira exclusivas de Estado

O projeto prioriza que a fiscalização seja reconhecida como carreira exclusiva e não seja atingida pela quebra de estabilidade funcional. O PLP 248/98, que regula a matéria, tem parecer que aguarda votação na Comissão de Trabalho da Câmara dos De-

putados desde o ano de 2000, apesar da promessa do presidente da Comissão em remeter o projeto para votação em plenário.

Última Ação em 7/11/2001: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Retirado de pauta pelo Relator

4) Carteira de identidade fiscal

O projeto de lei 2483/00 institui a carteira de identidade fiscal como documento oficial de identidade. Já foi aprovado na Câmara e está atualmente na CCJ do Senado. O relator será o senador Romero Jucá

5) Contribuição dos inativos e pensionistas

A matéria já foi rejeitada duas vezes pelo Congresso Nacional e julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Assim mesmo, o Palácio do Planalto não desiste. Voltou a exigir de sua base parlamentar ressuscitar o assunto.

6) Previdência Complementar dos servidores públicos

Está prevista pela reforma previdenciária para funcionários que forem contratados depois da emenda 20 de 15/12/98. O ato abre caminho para a criação dos chamados fundos previdenciários dos servidores nos Estados. O PLP 09/99 já foi votado e aprovado, restando votar 9 dos 13 destaques. O processo está sendo atentamente acompanhado para evitar que a obrigatoriedade de opção pelo novo sistema atinja os servidores mais antigos.

Agente fiscal aposentada (o) ou pensionista

COMUNIQUE-SE! Sempre que desejar alguma informação ou emitir comentários sobre trabalhos desenvolvidos pelo AFFEP SINDICAL, eventos sócio-esportivo-culturais, reuniões, cursos e palestras ou qualquer outro assunto de seu interesse e da classe fiscal.

INTEGRE-SE! Visite-nos na sede do Sindicato! Telefone! Escreva!

PARTICIPE! O Sindicato existe em função da sua participação. Estamos aqui como seus representantes para lutar pelos direitos da categoria. Não deixe por isso de responder à **PESQUISA DE INTERESSES E PERCEPÇÕES** e enviar sua resposta via postal ou para o e-mail: joeci@affepsindical.com.br até o dia 31 de março de 2002. Ajude-nos a ajudar você!

COLABORE! Nossas vitórias serão suas! Sempre

REUNIÕES COM FISCAIS INATIVOS (AS) E PENSIONISTAS

FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
22	22	26	24	28	26	30	27	25	29

LOCAL: Sede do AFFEP SINDICAL

HORÁRIO: 15 horas

Nós seremos o que quisermos ser

"Porque onde dois ou três estão juntos em meu nome, eu estou ali com eles". Jesus de Nazaré

A vida é uma seqüência de acontecimentos que implicam em nosso crescimento como seres humanos, propiciando a continuidade de nossa existência.

A cada novo ano meditamos, analisamos o que se fez e o que ainda há para fazer. Concretizamos sonhos? Atingimos metas? Paramos no tempo ou evoluímos? Estamos felizes? Queremos mais? Poderemos conseguir mais?

Conseguiremos sim, sempre mais! Teremos tudo o que quisermos ter! Se sozinhos, mais difícil será. Unidos, convivendo, comunicando-se, participando seremos com certeza, a cada dia, gradativamente mais fortes, integrados e vitoriosos.

Afinal, "o homem é um ser social". Associar-se ao grupo a que pertence é indispensável à sua sobrevivência. É um direito "fazer parte" e um dever "participar".

A participação é uma necessidade básica; só que não nascemos sabendo participar. É uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa. É uma vivência coletiva que só se aprende participando. E só se participa, realmente, quando se está entre iguais. Mesmo com objetivos individuais iguais somos, por pertencermos à mesma categoria profissional, filiados ao mesmo sindicato, responsáveis por nossas conquistas ou derrotas.

Visando sempre o sucesso coletivo, precisamos nos conscientizar de que não basta apenas "fazer parte". Precisamos "aprender a participar" pela prática constante, pela presença ativa, organizada e integrada.

A participação aumenta o grau de consciência política e, conseqüentemente, haverá maior influência nos poderes públicos.

A participação fortalece o poder de reivindicação perante o Estado e prepara a categoria para adquirir mais poder na sociedade, necessidade fundamental do ser humano de ser valorizado e viver com dignidade.

A participação voluntária, verdadeira e espontânea torna o Sindicato mais forte, eficaz e eficiente.

PARTICIPE! Se ainda não souber "aprenda a participar", participando ativamente de reuniões, assembleias e eventos sócio-esportivo-culturais.

INTEGRE-SE! COLABORE! Com sua participação efetiva a vitória será nossa! Sempre.

Mensagem da Vice-Presidente de Inativos e Pensionistas Joeci Elbke Santi Matos

NOTA DE FALECIMENTO

Jair Sotto Maior	Curitiba	12/10/2001
Elvira Pedrosa dos Santos	Curitiba	21/12/2001
Edgar Matos de Souza	Guaratuba	11/01/2002

INFORMÁTICA

Sindicato reestrutura site na internet

Um site mais moderno, dinâmico e principalmente mais funcional. Este é o objetivo da nova página na internet do Affep Sindical que está sendo criada pelo webdesigner, Raphael Bannach, do setor de informática do sindicato. Desde o dia 25 de janeiro, os filiados internautas podem contar com um site que disponibiliza informações atualizadas do sindicato e notícias que integram na vida dos agentes fiscais.

A praticidade ao acesso de informações é o principal ponto de reformulação da página. Logo na abertura do site **www.affepsindical.com.br**, o usuário pode acessar de maneira rápida e simples as notícias referentes ao Sindicato e de interesse à categoria e funcionalismo público. Vale ressaltar, que as notícias incluídas na página são atualizadas diariamente, criando assim uma maior rotatividade de informações. Edições anteriores do

www.affepsindical.com.br



Notifisco e as notícias enviadas via clipping e boletim também podem ser vistas na "nova" página da entidade.

Serviços

Além do setor de comunicação, o endereço **www.affepsindical.com.br** coloca à disposição dos usuários dados sobre a estrutura do Sindicato. É possível acessar informações sobre o Estatuto e Regimento do Affep Sindical, Setor Jurídico e também sobre os serviços e convênios prestados pela entidade, como os convênios de Plano de Saúde, atendimento odontológico e auxílio funeral.

A reestruturação da página foi realizada com o obje-

tivo de fornecer aos filiados maior comodidade de acesso e acompanhamento a todos os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela atual diretoria. O Affep Sindical também deseja que o site se transforme no principal elo de comunicação entre funcionários e filiados. Para isso, no entanto, é necessário que as pessoas criem o hábito de buscar informações e visitar a página na Internet.

Confira mais este trabalho desenvolvido pelo sindicato. Acesse o **www.affepsindical.com.br** e deixe sua sugestão. Sua opinião é muito importante para nós.

Dia Internacional da Mulher

No próximo dia 8 de março vai acontecer o tradicional jantar promovido pelo Affep Sindical em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A solenidade vai ser realizada no Buffet Ilha do Mehl, localizado na Rua Emílio de Menezes, 697, em Curitiba, a partir das 20 horas.

A diretoria do Sindicato espera o comparecimento das suas filiadas e das esposas dos agentes fiscais para prestigiar o evento. Da mesma forma que aconteceu em outros anos, inúmeras atrações foram programadas para proporcionar aos presentes momentos agradáveis.

Para confirmar presença e obter convites, os interessados devem comparecer à sede do sindicato ou em suas delegacias regionais, com o Representante Sindical, a partir do dia 26 de fevereiro.

O custo do convite para as acompanhantes de convidadas está estipulado em R\$ 18,00.

Convite

O AFFEP Sindical tem o prazer de convidar para o 13º Encontro do "Dia Internacional da Mulher"

Dia: 8 de março de 2002 - 20h
Local: Buffet Ilha do Mehl
 Rua: Emílio de Menezes, 697 - Curitiba - PR

"Todas somos únicas e especiais."

A apresentação deste é imprescindível.

Família fiscal aproveita férias em Guaratuba

Repetindo o sucesso dos últimos anos, mais uma vez as duas opções de hospedagem mantidas pelo Affep Sindical no litoral do Estado alcançaram altos índices de ocupação. O Hotel Rota do Sol e a Colônia de Férias do Sindicato cumpriram o seu papel e ofereceram aos filiados e seus familiares a possibilidade de desfrutar bons momentos de lazer, aproveitando o máximo o período de férias.

O feriado de Carnaval foi o ponto alto da temporada,

onde todos as acomodações de hospedagem da Colônia de Férias, em Guaratuba, ficaram completamente tomadas. Para se ter uma idéia da procura por parte dos filiados, desde a primeira semana de janeiro todos os cômodos já estavam reservados e o Setor de Reservas do Affep Sindical foi obrigado a iniciar uma lista de espera.

Toda essa movimentação é o resultado de um grande trabalho que constantemente vem sendo aperfeiçoado pela diretoria e funcioná-

rios do Sindicato. E o segredo do sucesso também é fácil de se entender: uma infraestrutura social que realmente funciona, aliado ao preço competitivo e aos bons serviços de atendimento.

O sindicato agradece a presença de todos os filiados que compareceram ao litoral do estado e puderam acompanhar e desfrutar do trabalho que está sendo feito pelo Affep Sindical.

Colônia

O carnaval acabou, mas o período de férias e sol ain-

da não. Se você tem interesse em aproveitar os últimos dias do verão 2002 em Guaratuba, pode efetuar a sua reserva na nossa Colônia

de férias. Mais informações podem ser obtidas junto ao setor de reserva do Affep Sindical, pelo telefone (41)223-7414.

FOTO: ARQUIVO Affep-Sindical



Crianças se divertem nos novos brinquedos adquiridos para a Colônia